

Informação, memória enformada pela escrita: um diálogo da história com a linguística sociocognitiva

Information, memory enformed by the written language: a dialogue between history and socio-cognitive linguistics

Marcos Gonzalez*

RESUMO: “Eras da informação” emergiriam sistematicamente “no limite entre oralidade e escrita”, no contexto de novas formas de organizar um novo mundo abstrato mental, consequência da “fundamental diferença” entre os processos orais e letrados de abstração: “os orais são ‘participatórios e não reflexivos’”, pois se organizam em torno da “pouca distância” que o “conhecedor” tem do “conhecido”. Com o distanciamento que a escrita exige, surge o conceito de *informação* como um objeto mental abstraído do fluxo de experiência. Esta estabilidade é inerente ao duplo movimento de abstração que sustenta o conceito: para *criar* um objeto mental, é preciso primeiro afastá-lo da experiência e tomá-lo de uma distância crítica que fixa seus aspectos (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.30). Circunscrevemos nossa análise em uma “história da informação” enquanto “ciência da mutação e da explicação da mudança” (LE GOFF, 1990p, 15-16), mais especialmente nas estruturas subjacentes às mudanças. A partir dos pressupostos teóricos da Linguística Sociocognitiva, particularmente do conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, mostramos que a escrita, de fato, promove pelo menos um efeito discursivo estruturado na cognição: induz a noção de que as *palavras* têm *conteúdo*.

PALAVRAS-CHAVE: História da Informação; Linguística Histórica; oralidade e escrita; teoria das metáforas conceptuais.

ABSTRACT: “Information ages” emerge systematically “at the boundary between orality and literacy”, in the context of new ways of organizing a new abstract mental world, consequence of the “fundamental difference” between oral and literate processes of abstraction: the oral one is “participatory and unreflective”, because it is organized around the “short distance between knower and known”. With the distance that writing requires, the concept of information as a mental object abstracted from the flow of experience, arises. This stability is inherent in the twofold movement of abstraction that undergirds information: to create a mental object, “one must first draw away from that experience, seen it from a critical distance that fixes its aspects” (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.30). We based our analysis of “history of information” as a “science of mutation and explanation of the change” (LE GOFF, 1990p, 15-16), especially about the structures that underlines the changes. From the theoretical principles of socio-cognitive linguistics, particularly the metaphorical mapping concept, we demonstrate that literacy promotes, in fact, at least one discursive effect structured by cognition: it induces the notion that *words* have *content*.

KEYWORDS: History of information; historical linguistics; orality and literacy; conceptual metaphor theory.

* Doutor em Ciência da Informação (PPGCI IBICT/UFRJ, 2013). Tecnologista do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

1. Introdução

Os historiadores Michael Hobart e Zachary Schiffman afirmam, em *Information Ages: literacy, numeracy, and the computer revolution* (HOBART; SCHIFFMAN, 2000), que a invenção da escrita foi uma tecnologia que “deu à luz à *informação* em si”, compreendendo-se *informação* aí como um conceito. Os historiadores tomam como primeira “era da informação” a primeira forma de escrita introduzida na Mesopotâmia. De uma perspectiva histórica, esses cinco mil anos seriam “a única ‘era da informação’ merecedora do título”. Mas ao longo da história ocidental, as interações complexas entre a tecnologia da escrita e as culturas que a introduziram teriam produzido (pelo menos) três “eras da informação” distintas: a clássica, a moderna e a contemporânea.

O conceito adotado por Hobart e Schiffman é relevante porque sugere que, no contexto de uma história social, o conceito é uma manifestação de “letrismo”, isto é, próprio ao senso comum de quem sabe ler e escrever. Tal nos coloca diante de um novo quadro de possibilidades interpretativas baseadas nos usos históricos desse conceito, evidenciando casos descritos na literatura e, também, nossas pesquisas a respeito da introdução do termo na língua portuguesa (GONZALEZ, 2013 [no prelo]; 2013a; b).

Estamos interessados, no âmbito deste trabalho, em uma “história da informação” enquanto uma “ciência da mutação e da explicação da mudança” (LE GOFF, 1990p, 15-16), mais especialmente nas estruturas subjacentes às mudanças, com as quais a história “pode ter relações frutíferas sob duas condições: (a) não esquecer que as estruturas por ela estudadas são dinâmicas; (b) aplicar certos métodos estruturalistas ao estudo dos documentos históricos, à análise dos *textos* (em sentido amplo), não à explicação histórica propriamente dita”. Procuramos estabelecer, a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Sociocognitiva, as estruturas da nova mentalidade instada pela economia noética de “objetos mentais que existem à parte do fluxo da fala”, tais como *informação*.

O corpo teórico proporcionado por essa linha investigativa nos permite aprofundar algumas das questões postuladas por Hobart e Schiffman. O ponto central de nossa discussão é a observação de uma associação socialmente construída de um novo conceito a uma nova tecnologia, mais especificamente à tecnologia da escrita, de que é letrismo pensar e dizer que as palavras e as coisas têm “conteúdo”. Com o tipo de distinção dos objetos mentais proporcionado pela escrita, a memória torna-se um “recipiente de memória”. A terminologia da nossa cultura de computador, com seus “discos rígidos”, “RAM” e “bancos de dados”, atestam

o vigor da noção de que “memórias” que armazenam “informação”. No mundo oral, como veremos, o poder emocional e imediatista da interação face-a-face impedia seus participantes de distinguir entre o conteúdo e a experiência de comemoração de qualquer forma consistente.

2. Princípios da Linguística Sociocognitiva

Na visão sociocognitivista, essencialmente estruturadora, as categorias conceituais humanas e o significado das estruturas linguísticas em qualquer nível não são considerados “símbolos sem interpretações”, mas “motivadas e fundamentadas, de alguma forma, diretamente na experiência, nas nossas experiências corporais, físicas e socioculturais” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p.259). Em tese, um novo conceito emerge via o uso de um lexema socialmente selecionado, mas a seleção não é aleatória: haveria uma tendência, universal, de selecionar palavras que expressassem conexões cognitivas com a experiência corporal que temos vivendo no mundo. Experienciamos, por exemplo, as “coisas” externas a nós como entidades – frequentemente também como *recipientes*, com lados de dentro e de fora. Experienciamos a nós mesmos como sendo feitos de *substância* – isto é, carne e osso – e *objetos externos* como sendo feitos de vários tipos de substâncias – madeira, pedra, metal etc. Para a Linguística Sociocognitiva, o senso comum sobre “objeto”, “conteúdo” e “contêiner” ou “recipiente” está, com efeito, entre os conceitos translinguísticos transcendentais e é por este motivo que são conceitos com grande elasticidade (opacidade) semântica.

Conceitos básicos como esses governam nossas línguas e também, segundo essa perspectiva, nossa atividade cotidiana: “até nos detalhes mais triviais, estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas”. Por isto, os recursos cognitivos de que dispomos teriam o poder de “definir a realidade”. Wilson e Martellota (2009, p.78) identificam aí um dos “aspectos translinguísticos” nas línguas naturais, que “garantem certa transcendentalidade da língua”.

Apropriemo-nos do conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, isto é, do mapeamento cognitivo socialmente convencionado que se insere entre dois domínios conceptuais¹, postulado no âmbito da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), de Lakoff e Johnson (2002 [1980]): um domínio de origem ou fonte (*source domain*), concreto e

¹ A tradição da literatura inspirada na TMC tende a adotar *conceptual*, distinguindo-se terminologicamente, assim, de outros nexos associados à *conceitual*.

experiencial, é usado para expressar entidades que estão inseridas em outro domínio, alvo (*target domain*), mais abstrato. A hipótese de que os mapeamentos metafóricos são “estruturados sistematicamente” vem sendo, desde então, comprovada e aprimorada (LAKOFF, 2008).

Alguns exemplos: o verbo *pensar* tinha no latim *pensare* uma acepção concreta de “pesar, avaliar o peso de alguma coisa”, mas que, uma vez abstratizado por extensão metafórica, passou a significar “estimar, pesar, avaliar o valor de uma ideia, de um raciocínio”. Por transferência metafórica, seu sentido percorreu uma trajetória do “mundo físico” para o “mundo das ideias” (VOTRE, 2004, p.26). Por isso, frases como “É preciso *pesar* as consequências dessas *palavras*” fazem sentido para todos. O verbo *saber* é outro exemplo: vem do latim *sapere*, que tinha o sentido de “perceber pelo sentido do gosto” e que, em sentido figurado, era usado, já no latim, como “ter inteligência, juízo; conhecer alguma coisa, conhecer, compreender, saber” (MARTELOTTA, 2004).

Acerca de *informação*, tema de nosso trabalho, os “dois contextos básicos nos quais o termo é usado” são, conforme Capurro e Hjørland (2007, p.155), “o ato de *moldar* a mente e o ato de *comunicar* conhecimento”. Argumentamos, a partir daí, que a escrita é facilitadora de pelo menos um efeito discursivo: induz a noção de que as palavras têm *conteúdo*, ao que, no âmbito do domínio-alvo da comunicação, dá-se o nome de “informação”. Nos termos da TMC, “informação” é uma “expressão linguística socialmente fixada por convenção que veicula um mapeamento metafórico”. Essa conclusão, que podemos extrair da tese do linguista Joseph Grady (1998), é capaz de mostrar que a história da informação é um exemplo de como se relacionam os discursos históricos socialmente convencioneados com as estruturas impostas pela biologia humana.

3. Memória e Oralidade

As “eras da informação” emergiriam “no limite entre oralidade e escrita”, no contexto de novas “sistemáticas para organizar este mundo abstrato mental”. Paul Zumthor denominou “oralidade mista” o período que precede da existência de uma cultura “escrita”, no sentido de “possuidora de uma escritura”, cuja influência na comunicação permanece, no entanto, “externa, parcial e atrasada”. Nos termos de Fentress e Wickham (1992, p.8-9), “a escrita ainda era concebida como um complemento para a memória”. Para Havelock (1996, p.306-308), “a princípio [a escrita] faz pouca diferença prática”. O limite entre oralidade e escrita é, com efeito,

um momento singular que sistematicamente agiu na natureza das culturas orais ocidentais em que a alfabetização foi introduzida.

A principal característica do pensamento apoiado em uma cultura oral é que a comunicação é realizada face-a-face. Os atos de fala, uma vez proferidos nessas condições, são modificações de uma circunstância total, existencial, que envolvem o corpo. Adquirem significados somente de seu hábitat real constante, que inclui gestos, inflexões vocais, expressão facial e todo o cenário humano e existencial em que a palavra real, falada, ocorre. A experiência passa também por emoções e sensações – paladar, tato, olfato, audição e visão – que são âncoras sensuais para a memória, muito mais poderosas e prevalentes do que as textuais, da linguagem escrita. Aí encontraremos o chamado “senso comum” que, na visão sociocognitiva, corresponde às “propriedades e expressões metafóricas baseadas na psicologia dos sentidos”, isto é, em como as pessoas pensam que utilizam os sentidos (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009).

No mundo antes da escrita, a memória é um ato social de “co-memoração”. Os conhecimentos, valores e crenças existem não como *informação*, mas como práticas cuja preservação é um subproduto do uso repetido. É a comemoração que mantém a comunidade em conjunto, como uma entidade viva, e não o armazenamento de informações sobre isso. Nessas condições, os participantes são menos propensos a isolar algo a partir da experiência de comunicação, porque eles não podem facilmente “se afastar do” evento comunicativo, vendo-a a partir de uma perspectiva crítica. A predominância desse tipo de comunicação desencoraja certos tipos de operações mentais no mundo oral, tais como “destilar informações da experiência” (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.13-14,24). Não se imagina, sem conhecer a escrita, que *palavras* ou *livros* “contenham” *informação*.

Nas sociedades sem escrita, homens-memória cumprem o importante papel de manter a coesão do grupo: são “chefes de família idosos, bardos, sacerdotes”, “genealogistas”, guardiões dos códigos reais, historiadores da corte, “tradicionalistas”; são simultaneamente os depositários da história “objetiva” e da história “ideológica” (LE GOFF, 1990, p.429). Afonso de Ovalle, em sua *Historica relación del Reyno de Chile* (1646), descreve a preservação da memória dos povos andinos através da memória oral encarnada em algumas pessoas – que Ovalle qualificava como o «*archivo de aquel pueblo*». O ofício dessas pessoas especiais consistia em que «*para mantener la memoria de lo sucedido en él desde el diluvio era obligado a repetirlo todos los dias de fiesta al son del tanbor, y cantando como lo hazia en aquel lugar,*

y para que esta memoria no faltasse jamas tenia obligacion de ir industriando a otros, que después de sus dias le succediessen en este officio» (BOUZA, 2002, p.108).

Mas a memória transmitida pela aprendizagem nas sociedades sem escrita não é uma memória “palavra por palavra”. Não se desenvolve em torno dos “homens-memória” uma aprendizagem mecânica automática e o produto de uma rememoração exata aparece como menos útil. Ovalle, ao chamar de pessoas de “arquivo”, comete o que Hobart e Schiffman chamam de “erro de anacronismo histórico”, interpretando o passado à luz do presente: ele pensa como nós, letrados, que compreendemos a “memória” como um “recipiente de informações”. Ovalle padece, como queremos, de “letrismo”.

Eric Havelock (1996) descrevia o épico como “constituído da sabedoria acumulada da cultura”. As civilizações fundam-se “numa espécie de ‘livro’ cultural, isto é, na capacidade de armazenar informações a fim de reutilizá-las”. Pensando assim, segundo Hobart e Schiffman, o classicista também denunciava uma interpretação que sofria da “suposição anacrônica de que as culturas orais teriam algum meio de armazenamento de informações”. O fato de a memória, em uma cultura oral, não envolver a recordação de padrões abstraídos de palavras não significa que a tradição oral não seja capaz de produzir abstrações. Hobart e Schiffman, apoiando-se na *Memória Social* de Fentress e Wickham (1992), seguem outro paradigma: “Épicos são sequências de imagens ligadas entre si por sons”.

A diferença é que, conforme Hobart e Schiffman, as abstrações existem, mas são de natureza visual e auditiva. Os historiadores se apropriam dos “auxiliares mnemônicos”, que Fentress e Wickham (1992, p.17) chamaram de “mapas”, nos sentido de “coisas designadas a representar outras coisas”. A palavra se origina do latim *mappa* “guardanapo” ou “pano”, que já no latim, entre os antigos agricultores, significava “representação gráfica de um terreno” (HOUAISS, 2001), mas Fentress e Wickham estenderam a noção a “um conceito visual, uma imagem construída ou projetada, que se refere a algo fora de si”. Nesse sentido, qualquer coisa real ou imaginária sujeita a representação visual pode ser mapeada, tal como um diagrama esboçado em um guardanapo sobre um assunto em uma conversa de jantar, a planta baixa de uma casa, círculos representando os átomos de uma molécula, o enredo de uma história ou um conceito filosófico. Os mapas designam um suporte de pequena escala mnemônica, cada um apresentando uma única imagem visual. Em contraste com o modelo de memória textual, mapas evocam compreensão por meio de imagens visuais generalizadas, abstrações não automaticamente redutíveis a palavras.

4. Informação e escrita

A escrita permite à memória coletiva o desenvolvimento de duas formas de memória. Para a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável, a memória assume a forma de inscrição, epigráfica. A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita. Tem como uma das funções o “armazenamento de informações”, que permite comunicar através do tempo e do espaço. Por conta disso, promove o que Hobart e Schiffman (2000, p.23-24) chamam de um modelo “textual” da memória, em que os objetos mentais contidos em nossas cabeças são como “pedaços de informações” armazenados por escrito. O modelo textual enfatiza uma das funções da memória humana, o “armazenamento de informações”, em detrimento de outra função, o ato de recordação. Centra-se em “conhecimento” em lugar de “lembrança”. Para o senso comum do letrado, um texto “é um registro físico, que contém informações”. É separado do leitor e completo em si mesmo: pode enviar as suas “mensagens” para o leitor, mas não pode recebê-las de volta (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.6).

A emergência de *informação* no contexto de oralidade mista pode ser observada na língua portuguesa. A necessidade de registrar informações era condizente com o gênero textual *notícia* nos primeiros séculos da língua portuguesa escrita: “os documentos particulares escritos em português até 1255 se restringem na verdade a dois gêneros, o testamento e a notícia, ou talvez apenas um, a notícia” (MARTINS, 2007, p.164). Os mais antigos testemunhos escritos do uso do português são, de fato, dois documentos notariais – *O Testamento de D. Afonso II* (1214) e a *Notícia do Torto*, um pleito judicial, ambos datados dos primeiros anos do séc. XIII. Não temos registro de “enformação” em documento notarial, mas temos do verbo “enformar” com o sentido de “noticiar” (GONZALEZ, 2013 [no prelo]). São sinais de “um dos poucos fatos indiscutíveis” que, segundo Calvet (2011, p.114), caracterizam a introdução da escrita: trata-se de uma tecnologia “inventada” por necessidades práticas e não por necessidades literárias. Segundo Le Goff,

[...] durante muito tempo os reis medievais europeus, errantes, tiveram apenas pobres arquivos ambulantes. Os arquivos da chancelaria régia começaram a constituir-se em cerca de 1200. A partir do século XIII na Itália, e noutros países do século XIII e XIV, proliferam os *arquivos notariais*. Com a expansão das cidades, constituem-se os arquivos urbanos, zelosamente guardados pelos corpos municipais. A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária (LE GOFF, 1990, p.106).

A língua portuguesa dessa época aparecia apta para os usos práticos da vida, embora “incolor e canhesta, condicionada pelas minutas, apertada na rigidez das tradicionais fórmulas jurídicas ainda muitas vezes em latim, desprovida de qualquer preocupação de elegância e apenas reduzida à tarefa de registrar para fins úteis disposições legais ou vontades privadas” (LEMOS, 1997, p.39). Vêm daí os primeiros gêneros discursivos em que “enformação” fazia sentido, tais como os *forais*, *anais*, *memórias*, *estórias*, sendo especialmente produtivo no contexto do gênero *crônica*: entre os sécs. XIV e XVII, ocorre nas de 11 reis. A “literatura informativa” em Portugal do período médio corrobora o que Paul Zumthor classifica de “oralidade mista” – uma “ordem particular da realidade” em que o oral e o escrito coexistem, mas a influência da escrita “permanece externa, parcial e atrasada”, uma vez que exige a “intervenção de intérpretes autorizados”.

A base da distinção de extenso período da história humana em “eras da informação” adotada por Hobart e Schiffman foi obtida nas “noções historicamente fundamentadas de informação como algo *informado*, *moldado* por um padrão, algo preservado, retirado do imediatismo da experiência” (grifos nossos). Cada noção envolvida nessa definição, explicam os autores, requer a outra: “o padrão, a forma interior, é uma abstração (retirar, extrair), o produto de uma operação reflexiva mental que controla o fluxo da experiência, tanto ordenando quanto preservando-o” (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.4).

Moldagem e informação remetem, etimologicamente, ao domínio da *fabricação* e, em última instância, da *criação* (GONZALEZ, 2012). Com efeito, emergiu nas línguas neolatinas, primeiro no francês (séc. XII), depois no português, no galego e no inglês, todos no séc. XIV. Um detalhe importante: em todas essas línguas, a noção de *informação* passa um século sendo escrita exclusivamente na base *enform-* (*emform-*, *ẽform-* ou, excepcionalmente, *efform-*), tendo, no português, predominado até o século XV sobre a base *inform-*. O fato também foi constatado por Antônio Geraldo da Cunha (2007) e por Ramón Lorenzo (1968); para o galego, Xosé Salgado (2009) encontrou, entre os dez usos arcaicos do verbo dos *corpora* do *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG), nove com a base *enform-* (o mais antigo em um documento de 1333) e apenas um com a forma *inform-* (de 1481), ocorrência por ele classificada de “cultista”. Queremos dizer com isso que *moldagem* e *informação* se relacionam historicamente pelo intermédio do uso da palavra *enformação*.

A etimologia do verbo *enformar* pode ser observada, via o francês, até o latim *efformare*, um verbo que, garante Dumesnil (1809), «não é encontrado nos grandes autores

[Ovídio, Cícero, Virgílio, Horácio], que preferem *formare*, *informare*». Trata-se, enfim, de um verbo do “latim vulgar”, que sempre significou, prototipicamente, “pôr na fôrma”. *Efformare* era sinônimo de “cunhar”, inclusive em suas extensões metafóricas usadas em expressões retóricas, revelando analogias com verbos como *exprimere* e *mittere*. Isso se deve ao fato de que “*forma*”, no latim, também era sinônimo de “moeda” (TERREROS Y PANDO, 1793). Segundo o *Diccionario de la lengua Castellana* da Real Academia Española (1732), *efformatio* era “forjadura”, pois “forjar” era como «*ruditer efformare, effingere*», termos usados tanto com sentidos de “fabricar” ou “formar alguma coisa no material”, principalmente moedas, mas também, por metáfora, com significados mais abstratos ou discursivos (“forjar uma mentira”, por exemplo).

Gonzalez (2013a) resgata os primeiros usos de “forma” como um molde, modelo que organiza espacialmente a matéria informe. A palavra passaria para o francês como *forme* (= *moule* “molde”) e para o português como *fôrma* (ERNOUT; MEILLET, 1951, p.247; HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.28; LINDSAY, 2010, p.141; MONLAU, 1856, p.123). No Ocidente, é na fabricação dos queijos que está a chave para a interpretação do que se convencionou chamar “sentido concreto de *forma*”, ou seja, de “fôrma”. O contexto onde essa palavra era produtiva está registrado em Brachet (1870, p.250), segundo quem o latim *formaticum* significava, estritamente, “feito em uma fôrma”, ou seja, *enformado*. Daí o francês antigo *furmaige* ou *fromache*, o provençal *formatge* ou *fromatge*, o português †*formage*, o catalão *formatje* e o italiano *formaggio*. Alinei (2010), numa perspectiva da etimologia arqueológica, parece ter demonstrado que o termo já estava disponível para os falantes do latim arcaico ou, talvez antes, desde o indo-europeu.

Temos notícias de uma “enformação” no português do séc. XIV com um sentido que abstratiza o sentido prototípico da “moldagem”, aplicando o conceito à certa *substância* de que é “composta” a mente, refletindo, assim, nossa experiência com o conceito de *moldar* “pôr na fôrma”. Com efeito, *enformar* “moldar” suscita metáforas que envolvem a manipulação direta prototípica, casos simples de causalidade direta, tais como *fabricação*, *construção* e *criação*, noções que compartilham “semelhanças de família” (GONZALEZ, 2012). *Enformar*, como sinônimo de “educar” já dependia de uma “teoria da mente”, isto é, que a *mente* fosse compreendida como um *recipiente*, algo concreto capaz de conter alguma coisa dentro de si: em *Boosco deleitoso*, obra medieval de caráter espiritual posta por escrito na primeira metade do séc. XV, o falante recomenda ao irmão: «*Enforma a tua mente tenra com estudos mais*

ásperos». É desse domínio a mais antiga ocorrência de “enformação” de que temos notícia em português, na *Crónica Geral de Espanha* de 1344.

A mesma *Crónica Geral de Espanha* de 1344 atesta que a escrita cedo “ganha autonomia em seu modo de existência” (ZUMTHOR, 1993, p.110). O uso de “enformação” também admite uma sintaxe da “ação de *informar*” moderna, que resulta em uma “informação” criada, fabricada ou construída (GONZALEZ, 2012), que pode ser *vista, descrita* ou *enviada*, como no capítulo «*Como os reys de Castella e de Aragom mandarom pedir ao Papa que lhes desse por juiz el rey dom Denis de Portugal*»:

«E cada hũu delles mandou dizer ao Papa que el rey dom Denis de Portugal era muy dereito e muy boo e que non avya ã Espanha outro tal como elle e que tevesse por bem de lhe ẽvyar seu recado que o fizesse. E o Papa, vẽẽdo a boa enformaçõ que lhe os reys delle mãdarom dizer, [teve por bem de o fazer e] mandoulhe per suas cartas rogar que tomasse aquelle encarrego e que faria ã ello boa obra e santa.»

O fenômeno da objetivização não é exclusivo nem de “enformação”, nem da língua portuguesa. No vocabulário do francês medieval, termos como *parole* “palavra” e *voiz* “voz” começaram a se referir “muito frequentemente a uma *coisa*, percebida e localizada, que se retém ou que nos escapa” e passaram a ocorrer, em muitos casos, como complemento de um verbo que denota uma manipulação ou um deslocamento espacial, *tenir, prendre, perdre, rendre, faire, mettre, traire (tirer), agencer, esmouvoir (remuer), tolre (ôter), rompre* e alguns outros similares. Em latim, uma circulação semântica parecida se estabeleceu entre *vox, verbum, sermo* e mesmo *locutio*, “materialidades do som que a filosofia nominalista da época [séc. XII] identificará como *flatus vocis*” (ZUMTHOR, 1993, p.110).

As observações de Zumthor nos permitem estruturar, enfim, a história social da *informação* em termos de uma mudança de metáfora, subjazendo uma nova forma de expressar a comunicação. Michael Reedy (1979) descreveu uma metáfora complexa, a “metáfora do canal”, que traduz, em termos sociocognitivos, essas manifestações próprias do senso letrado, tal como observado no português e no francês medievais. Segundo Scliar-Cabral (2003), trata-se da metáfora nos permite “sistematizar um tipo de comunicação escrita canônica, que ocorre na ausência de um futuro leitor, enquanto o redator está produzindo sua mensagem”.

5. Informação na perspectiva sociocognitiva

A intuição de Reddy lhe dizia que havia algo linguisticamente interessante em frases do tipo “você me *deu* uma boa *ideia*” ou “eu *captei* a vossa *mensagem*”. Afinal, acredita o linguista, ninguém realmente crê que alguém *dá*, literalmente, *ideias* para os outros. E ninguém *recebe* os *pensamentos* diretamente em suas mentes quando se está usando a linguagem: “isto soa como telepatia ou clarividência”. De fato, quando a mente cria um objeto mental, tal como uma *informação*, ela captura a forma ou padrão que subjaz a aparência das coisas. Manifesta em verbos como “capturar”, “agarrar”, “apreender” e “compreender” (*preensão* é “pegar com a mão”), a atividade mental restringe o fluxo e, portanto, estabiliza os produtos da experiência, dando ao objeto mental uma existência prolongada para além do fluxo do mundo oral. A inovação que queremos destacar aí é o desenvolvimento da noção de *continência*, que destacamos nesse trabalho como característica da cadeia escrita.

Segundo a metáfora do canal, desenvolvida a partir daí, cada pessoa tem (ou melhor, “*pensa*” que tem) um conjunto pré-definido de alternativas de material mental e emocional, chamado “repertório”, cujas categorias principais denotam “membros de repertório”, doravante “MR” (*repertories members*, RM, no original). São MRs as “ideias”, “pensamentos”, “emoções” e “significados”. A linguagem funciona como um canal, “que não conecta duas pessoas, mas uma pessoa a seu ambiente”, por meio do qual transferem-se MRs do interior de uma pessoa para o exterior.

Pela lógica, os *sinais* (*s*) reddyanos têm “interior” e “exterior”. No interior, está obviamente o “conteúdo”, onde estão os MRs. Pelas expressões *core* de Reddy, qualquer “sinal” pode realizar a transferência de MRs às outras pessoas, o que licencia expressões como “*s leva, transfere, contém, conduz MR*” ou “*s está cheia/vazia de MR*”. Se a linguagem é que transfere pensamentos a outros, então o recipiente lógico para esses pensamentos, na compreensão do que fala e do outro, são palavras ou grupo de palavras, frases, sentenças, parágrafos, poemas etc. “Palavras”, “frases”, “poemas” designam “os padrões físicos externos, que passam de um falante para outro”.

Estamos particularmente interessados nas expressões metafóricas de Reddy que estão relacionados à *inserção* de significado *dentro* de formas linguísticas (“*pôr, inserir, incluir ou meter MR em s*”, “*carregar s com MR*” etc.) Palavras escritas, na metáfora do canal, são *recipientes* que permitem o fluxo livre e completamente “descorporificado” de ideias e sentimentos em um tipo de espaço ambiental entre as cabeças humanas. Portanto, “o canal da

linguagem não conecta duas pessoas, mas uma pessoa a seu ambiente” (p. 291). MRs são ejetados pela fala ou pela escrita num “espaço das ideias” externo (“*pôr MR em circulação ou no papel*”, “*fazer MR fluir*”, “*jogar MR fora*”, “*descartar MR*”, “*vazar MR*”, “*escapar MR da boca de alguém* etc.), são reificados nesse espaço externo, onde eles existem independentes de qualquer necessidade de que seres humanos pensem neles ou os sintam (“*MR flui ao redor, circula, se move, viaja*”, “*MR está em bibliotecas, livrarias, rádios, livros* etc.”, “*perder-se em MRs*”). MRs reificados podem ou não encontrar um caminho de volta para uma cabeça humana (“*absorver, tomar, internalizar, pegar, captar MR*”, “*encher alguém de MR*” etc.).

Joe Grady (1998) identificou alguns problemas envolvendo as condições necessárias, isto é, a base experiencial da metáfora do canal e propôs uma reanálise em “um nível apropriado de generalidade”, que explicariam melhor as expressões observadas por Reddy. Na revisão, argumenta-se pela sua decomposição em metáforas mais básicas, independentemente motivadas (“primárias” ou “primitivas”), que se combinam em metáforas complexas (ou compostas) tais como a do “canal”. O processo de decomposição envolve a busca de metáforas que são plausíveis e diretamente motivadas pela experiência. Essas metáforas primárias são caracterizadas por mapeamentos muito simples – isto é, eles mapeiam apenas poucos elementos, propriedades e relações (se possível), enquanto mantêm-se referindo a coerentes (esquemáticas) cenas e compreendendo estrutura suficiente para suportar certas expressões linguísticas. Uma decomposição da metáfora do canal, desta maneira, “resulta em análises que evitam os problemas identificados e sugerem caminhos em que conceitos relacionados à comunicação poderiam ser, em última instância, derivados de conceitos físicos mais básicos”.

Ao postular a metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO, Grady inclui *informação* entre os MRs propostos por Reddy. Ademais, como afirma, “qualquer configuração física que nos permite deduzir *informação* (ou outros MRs) deve ser conceptualizada como um *recipiente* daquela informação” (GRADY, 1998, p.217, grifos nossos). De fato, assim como o MR *significado*, *informação* é sempre compreendida *dentro*, mas nunca (ou raramente) o contrário. Não só as “palavras” são *fórm*as dentro das quais estão os MRs. Nas *Cortes portuguesas* (1498), temos «*Ao tempo que ho fecto ffor conclusso ssobre a defenctiua sse poheram as ditas enformações no feyto*»; no *Tratado d'arysmetyca* (1519), Gaspar Nicolau fala do «*Tractado da prouinçia do Brasil no qual se contem a informaçaõ das cousas que ha na terra*» (grifos nossos). Conforme Reddy, se os MRs estão *dentro* de palavras, então eles estão (por processos metonímicos) *dentro* dos «*tractados*» ou «*feytos*», “já que as palavras estão

claramente *sobre* as páginas”. Mas os livros estão “nas bibliotecas” etc. e o efeito disso é que “as bibliotecas são um *repositório* de nossa cultura”.

6. Conclusões

Se hoje pensamos que “falar” é “comunicar a informação”, é porque muitos tipos diferentes de textos escritos subtendem o ato de comunicação (HOBART; SCHIFFMAN, 2000, p.29). A escrita, como descreveram Fentress e Wickham (1992, p.14), “não apenas congela a memória, mas congela memória em formas textuais que evoluem de maneira bastante diferente daquelas da memória oral”.

Esse ato de comunicação que é a produção da escrita, a *enformação das informações*, manipula uma série socialmente desenvolvida de metáforas para apropriação dos novos tipos de objetos, os *objetos recipientes*: as palavras escritas precisam ser *enformadas* para serem *transmissíveis*. O que chamamos de *informação* é uma abstração redutível a palavras, uma característica do modelo de memória textual: letrados pensam que as palavras, os livros, e coisas como os nossos *mapas* “*contém* informação”. A metáfora INFORMAÇÃO É CONTEÚDO, proposta por Grady, estrutura essa inovação. Parece estar associada à hoje pouco prestigiada abstratização da ação mais prototípica do verbo do latim vulgar *efformare* > português *enformar* “pôr na fôrma”.

Referências bibliográficas

ALINEI, M. Archeologia etimologica: alle origini del formaggio. Da lat. *coagulum* ‘caglio’ a lat. *caseus/-m* ‘formaggio’; **formaticum* e **toma*. **Quaderni di Semantica**, v.31, n.1, p.73-112, 2010.

BOUZA, F. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. **Cultura - Revista de História e Teoria das Idéias**, v.XIV, n.IIª série, p.105-171, 2002.

BRACHET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue française**. Paris: Hetzel. 1870.

CALVET, L.-J. **Tradição oral & tradição escrita**. São Paulo: Parábola. 2011.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, 2007.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012>

CUNHA, A. G. **Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval, versão 1.0**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. p. 2007.

DUMESNIL, J. B. G. **Latin synonyms, with their different significations: and examples taken from the best Latin authors** (trad. J. M. Gossett). London: G.B. Whittaker [etc.] Payne. 1809.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine - Histoire des Mots**. Paris: Librairie C. Klincksieck. 1951.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Social memory: New perspectives on the past**. Oxford, UK: Blackwell. 1992.

GONZALEZ, M. As metáforas da informação. In: 4º Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento. Porto Alegre. **Anais**. Instituto de Letras/UFRGS, 2012, p.980-1006.

_____. **A gramaticalização de informação: uma abordagem sociocognitiva** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IbiCT/Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 2013a, 154 f.

_____. INFORMAÇÃO É CONTEÚDO: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação. In: 14º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - Enancib 2013. Rio de Janeiro. **Anais**. Ancib, 2013b.

_____. A emergência de *informação* no português médio (1344-1483). **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, v.43, 2013 [no prelo].

GRADY, J. E. The “conduit metaphor” revisited: bridging the gap - a reassessment of metaphors for communication. In: KOENIG, J.-P. (Ed.). **Discourse and cognition**. Stanford: CSLI. 1998. p.205-221.

HAVELOCK, E. A. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papirus. 1996.

HOBART, M. E.; SCHIFFMAN, Z. S. **Information Ages: literacy, numeracy, and the computer revolution**. Maryland: John Hopkings University Press. 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua Portuguesa**. versão 1.0. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva. p. 2001.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. Metáforas visuais para o intelecto: são realmente interlinguísticas? In: SIQUEIRA, M. (Ed.). **Cadernos de Tradução - Linguística cognitiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS. 2009. v.25, p.121-142.

LAKOFF, G. The neural theory of metaphor. In: GIBBS JR., R. W. (Ed.). **The Cambridge handbook of metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 2008. p.17-38.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511816802.003>

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**: As faces da Linguística aplicada. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras. 2002 [1980].

LE GOFF, J. **História e memória**: Coleção Repertórios. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1990.

LEMOS, E. A literatura medieval: a poesia. In: MAGALHÃES, I. A. (Ed.). **História e antologia da literatura portuguesa - século XIII e XIV - Literatura Medieval**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1997. v.1, p.39-50.

LINDSAY, W. M. **The Latin language: an historical account of latin sounds, stems, and flexions**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511708190>

LORENZO, R. **Sobre cronologia do vocabulário Galego-Português**. Vigo: Editorial Galaxia. 1968.

MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. e MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2004. p.82-142.

MARTINS, A. M. O primeiro século do português escrito. In: AGRELO, A. I. B. (Ed.). **Na nosa lingoage galega. A emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega. 2007. p.161-184.

MONLAU, P. F. **Diccionario etimológico de la lengua castellana**: (ensayo) precedido de unos rudimentos de etimología. Madrid: Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra. 1856.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua Castellana**: en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua. Madrid: Hierro. 1732, v.3.

REDDY, M. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press. 1979. p.284-324.

SALGADO, X. A. F. Sobre o réxime do verbo *informar* en galego. **Estudos de Lingüística Galega**, v.1, p.209-223, 2009.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto. 2003.

TERREROS Y PANDO, E. **Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas francesa, latina é italiana**: correspondencias. Madrid: Imprenta de la Viuda de Ibarra, Hijos y Compañía, . 1793, v.4.

VOTRE, S. J. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. e MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2004. p.11-49.

WILSON, V.; MARTELOTTA, M. E. Arbitrariedade e iconicidade. In: MARTELOTTA, M. E. (Ed.). **Manual de Lingüística**. São Paulo: Contexto. 2009. p.71-85.

ZUMTHOR, P. **A Letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

Artigo recebido em: 31.08.2013

Artigo aprovado em: 23.11.2013

Domínios de Lingu@gem